

MR32: Interfaces entre História e Etnologia Indígena: abordagens contemporâneas

Coordenação: Spensy K. Pimentel (UFSP)

Participantes: Rafael Mendes Júnior (UFF), Elizabeth Pissolato (UFJF), Maria Rosário de Carvalho (UFBA), Cristina Pompa (UNIFESP)

Resumo:

A mesa redonda propõe-se a reunir antropólogos que, a partir de seus trabalhos mais recentes, apresentarão diversas perspectivas sobre as possibilidades de conexões entre esses dois campos. Pretende-se, então, criar um espaço de diálogo que colabore para que o público possa compor um panorama sobre convergências ou encruzilhadas surgidas a partir dessas pesquisas. Entendendo a história a partir de uma perspectiva benjaminiana, podemos perceber a importância da renovação constante desses diálogos, uma vez que as visões que construímos sobre o passado dos povos ameríndios e nossas análises sobre o presente influenciam-se mutuamente. Os convidados dedicam-se a contextos etnográficos diversos, mas que têm em comum intensos históricos de contatos entre os povos indígenas e as iniciativas de missionarização a partir de aldeamentos católicos. Em pauta, concretamente, teremos aqui pesquisadores que têm buscado, em fontes históricas, elementos para aprofundar a compreensão de cenários contemporâneos ao mesmo tempo em que utilizam dados etnográficos para buscar adensar as reflexões sobre a historiografia, utilizando diferentes instrumentos, como dados censitários, relatos ou documentos oficiais.

Antropologia histórica e missões: bases empíricas e questões metodológicas

Autoria: Cristina Pompa

O espaço das missões é um locus privilegiado para repensar, na longa duração, a história indígena, a política indigenista, os processos de mediação e de interculturalidade. A antropologia histórica aqui proposta consiste no esforço metodológico de historização tanto de seu objeto quanto de suas categorias de análise. No primeiro caso - o objeto - se trata de entender a "história indígena" como a maneira indígena de pensar e de fazer a história, o que implica a ideia de uma maneira diferencial de interpretar o devir e de se relacionar com a alteridade. Quanto às categorias de análise, uma investigação histórica permite reconstituir a dinâmica de certos conceitos que, criados e reelaborados em determinados ambientes histórico-sociais (no caso, o debate sobre a "natureza" dos homens americanos, sua "religião" e sua possibilidade de "civilização") atravessaram o Brasil colônia, o período pombalino e o Império, entrando na própria construção da identidade nacional. Entre recuos e avanços, essas noções chegaram até as modernas ciências sociais e são hoje apropriados pela linguagem de autodeterminação dos próprios povos indígenas, em sua luta política pelo reconhecimento, tornando-se também instrumentos de políticas públicas pautadas pela etnicidade. A base empírica das reflexões apresentadas é constituída pelos resultados de duas pesquisas documentais sobre os chamados "Tapuia" do Nordeste. O primeiro trabalho, já publicado, sobre as relações entre índios e missionários no Brasil colonial (séculos XVI e XVII), procurou mostrar que a conceptualização das diferenças e as relações sociais e políticas entre diferenças se deram em termos de negociação, mediação e transformação de práticas e símbolos, no interior do quadro político extremamente instável. A segunda pesquisa, relativa aos séculos XVIII e XIX, enfocou processos históricos concretos de fusão de grupos indígena na população rural do sertão semiárido, ou, ao contrário, de manutenção e construção de autonomia cultural, o que estaria na base dos fenômenos hodiernos de "etnogênese" no Nordeste.

Os Kariri-Sapuyá da Pedra Branca através das lentes da História e da Etnologia

Autoria: Maria Rosário de Carvalho

Tenho transitado, muito frequentemente, entre a História Indígena e a Etnologia e, mais recentemente, apoiada em um conjunto expressivo de documentos -- predominantemente oriundos do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e recobrando o período 1759-1904 -- e em registros etnológicos produzidos ao longo de várias experiências de campo, elaborei o livro *Trajetórias e Histórias Insurgentes Os Kariri-Sapuyá da Pedra Branca*, recôncavo sul baiano, ao longo do qual eu tento percorrer o trajeto desses Índios através de uma etnografia histórico-antropológica. A exposição na MR 32 da 33ª RBA versará sobre o percurso ali efetuado mediante a relação entre a história indígena e a etnologia, buscando problematizar certas questões de ordem teórico-metodológica.

Reconstruindo genealogias: notas para o estudo do parentesco guarani nos Padrones espanhóis

Autoria: Rafael Mendes Júnior

A Província jesuítica do Paraguai foi efetivamente fundada em 1607, por determinação do General da Companhia de Jesus Claudius Aquaviva, separando-se definitivamente da Província do Peru. Em 1609, deu-se início ao processo de instalação das reduções jesuíticas, San Inácio Guazu, na Nossa Senhora de Loreto e San Ygnacio, próximo a alguns coletivos guarani, e, mais tarde, nas províncias do Itatim, Tape e Uruguay. Desde então, até a expulsão dos Inacianos em 1768, a história da colonização espanhola na região do cone sul da América do Sul esteve intrincada com o crescimento das missões jesuíticas em face da atração, redução e conversão de índios guarani. Neste período produziu-se um volume copioso de fontes documentais como cartas anuais, catecismos e diversos documentos contábeis, administrativos e jurídicos. O objetivo dessa apresentação é retornar a um conjunto desses documentos administrativos conhecidos como Padrones, em particular aqueles referentes aos anos de 1715 e 1772 para a redução de Loreto, e buscar extrair deles elementos para uma análise antropológica acerca da organização social dos Guarani missionários. À primeira vista, os Padrones são listas extensas dos índios que residiam em cada redução. Apresentam, portanto, dados demográficos referentes às famílias nucleares de cada cacicado e, sobretudo, o número de tributários. Neste trabalho, deixo de lado o aspecto demográfico e tributário dos Padrones para explorar os dados sobre as relações entre sobrenomes e idades relativas das pessoas e famílias, reconstruindo assim genealogias que nos permitirão compreender determinadas dinâmicas sociais daqueles coletivos.

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

